

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Gama Saúde Ltda., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Apresentação

Com mais de 25 anos de atuação no mercado, a Gama Saúde Ltda. é uma operadora de planos médico-assistenciais, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nº 40.701-1, especializada na administração de planos de saúde por pós pagamento (custo operacional) e no aluguel de rede nacional para operadoras comerciais de mercado (Seguradoras e Medicinas de Grupo), ou ainda para Autogestões públicas e privadas, atuando também na gestão da rede credenciada de terceiros, realizando tarefas em gestão administrativa e de controle de riscos em assistência à saúde.

Um dos grandes diferenciais da Gama Saúde é a excelência no uso de tecnologia de ponta que permite a flexibilização e escala.

Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto sobre a Renda e os Prejuízos Acumulados. A Administração por deliberação dos sócios, decidiu-se que o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído aos sócios, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em conta de lucros suspenso ou de reservas, ou capitalizado.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na “Performance” da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Nosso resultado econômico-financeiro vem sendo aprimorado ao longo do tempo e permitirá nova evolução com criação de formas de melhor controles de sinistralidade e aceitação, fazendo com que a Empresa bem gerida não tenhamos problemas de recebimentos e possamos alcançar melhor eficiência operacional com a redução dos custos.

Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

A Empresa vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2024, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

A Empresa pela reestruturação e situação macroeconômica ficou inviabilizada de promover investimentos inclusive em programas voltados a promoção e prevenção de saúde.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2023, detinha disponível, a capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações junto a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Gama Saúde Ltda
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gama Saúde Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

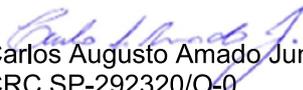
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O


Carlos Augusto Amado Junior
CRC SP-292320/O-0

GAMA SAÚDE LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		84.676	60.881
Disponível	7	8.721	10.387
Realizável		75.955	50.494
Aplicações Financeiras	8	25.423	15.007
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		25.423	15.007
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	48.226	30.136
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		23.106	22.358
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		25.120	7.778
Créditos Tributários e Previdenciários	11	1.570	1.577
Bens e Títulos a Receber	10	733	3.773
Despesas Antecipadas		3	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.783	18.128
Realizável a Longo Prazo		16.229	17.362
Créditos Tributários e Previdenciários	11	15.815	16.834
Depósitos Judiciais e Fiscais		414	411
Títulos e créditos a receber		-	117
Imobilizado		429	674
Direito de uso de arrendamentos		212	281
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		217	393
Intangível		125	92
TOTAL DO ATIVO		101.459	79.009

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		34.569	23.921
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	27.915	16.923
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assistenciais		27.904	16.916
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		11	7
Tributos e Encargos Sociais a recolher		788	616
Débitos Diversos	14	5.866	6.382
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.137	2.056
Provisões		1.586	1.374
Provisões para Tributos Diferidos		45	7
Provisões para Ações Judiciais	15	1.541	1.367
Débitos Diversos	14	551	682
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.753	53.032
Capital Social	16	53.873	53.873
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		12.000	-
Lucros/(-) Prejuízos Acumulados		(1.120)	(841)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		101.459	79.009

GAMA SAÚDE LTDA.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		25.870	17.742
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		27.674	19.000
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	17	27.674	19.000
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.804)	(1.258)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	18	136	181
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		136	181
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		26.006	17.923
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		1.104	16
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		432	307
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(10.652)	(336)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(166)	(186)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(10.486)	(150)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		-	(90)
RESULTADO BRUTO		16.890	17.820
Despesas Administrativas	19	(19.042)	(19.133)
Resultado Financeiro Líquido	20	4.062	2.964
Receitas Financeiras		5.193	4.029
Despesas Financeiras		(1.131)	(1.065)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.910	1.651
Imposto de Renda	21	(1.208)	(510)
Contribuição Social	21	(457)	(260)
Impostos Diferidos	21	(50)	4
Participações sobre o Lucro		(474)	(680)
RESULTADO LÍQUIDO		(279)	205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(279)	205
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(279)	205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código A2AD-EA2D-848D-6569.

GAMA SAÚDE LTDA.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		68.873	-	(7.052)	61.821
Lucro Líquido do Exercício		-	-	6.102	6.102
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		68.873	-	(950)	67.923
Ajustes de adoção de normas		-	-	(96)	(96)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		68.873	-	(1.046)	67.827
Lucro Líquido do Exercício		-	-	205	205
Redução de capital		(15.000)	-	-	(15.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		53.873	-	(841)	53.032
Lucro Líquido do Exercício		-	-	(279)	(279)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	12.000	-	12.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	16	53.873	12.000	(1.120)	64.753

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código A2AD-EA2D-848D-6569.

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		237.157	188.118
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		2.143	2.370
(+) Outros Recebimentos Operacionais		77.096	2.107
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(231.251)	(164.663)
(-) Pagamentos de Comissões		(40)	-
(-) Pagamentos de Pessoal		(6.669)	(7.183)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(12.977)	(9.846)
(-) Pagamentos de Tributos		(5.455)	(749)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		(1.118)	-
(-) Pagamentos de Aluguel		(232)	(242)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		-	(1)
(-) Aplicações Financeiras		(8.374)	(3.048)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(63.946)	(4.618)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(13.666)	2.245
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		-	-
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		-	-
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		-	(15.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(15.000)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Recebimentos de Empréstimos / Financiamentos		12.000	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		12.000	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(1.666)	(12.755)
Caixa - saldo inicial	7	10.387	23.142
Caixa - saldo final	7	8.721	10.387
Ativos livres no início do ano (*)	7	10.387	23.142
Ativos livres no fim do ano (*)	7	8.721	10.387
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		(1.666)	(12.755)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais

a) Contexto operacional

A Gama Saúde Ltda. (“Gama Saúde” ou “Empresa”), com sede em Barueri, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), presta serviços de administração de planos de saúde para empresas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogestões, atendendo clientes corporativos e governamentais e com membros em todas as regiões do Brasil. A Gama Saúde oferece aos seus clientes: (a) acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; (b) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (c) serviços de administração de cuidados especializados. Com isso, a Gama Saúde objetiva que seus clientes administrem seus custos com planos de saúde pós-pagos, eliminando despesas fixas e reduzindo investimentos.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528/22.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3 Políticas Contábeis

As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9).

A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

1. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

iii. Aplicações financeiras

Para o exercício de 2023, incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Resolução normativa 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

iv. Créditos de operações com planos de assistência à saúde – contraprestação pecuniária/ prêmio a receber e provisão para perda sobre créditos.

Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação/prêmios de serviços de assistência médico-hospitalar com plano de assistência médico-hospitalar da operadora, com preço pós-estabelecido.

A Empresa realiza cobrança de taxa pela administração dos seus planos, podendo ser fixa por beneficiário ou percentual sobre a utilização.

Conforme norma básica vigente, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada para perdas.

v. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

I. Intangível

Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

II. Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

III. Arrendamento

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

IV. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Empresa e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos

V. Provisões técnicas

A provisão técnica é constituída pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

VI. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- I. Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.
- II. Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

VII. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

VIII. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica;
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte:

$$= [(Base\ ativa \times \% \ Taxa\ de\ perda) \times \$ \ Valor\ médio/mediano\ de\ desembolso]$$

IX. Repasses e reembolsos de despesas de gestão de assistência à saúde

Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos e hospitais da rede credenciada.

Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados.

Caso uma empresa assumira esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma absoluta, uma vez que essa empresa atua em situação de risco que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada.

Entre os fatores de risco que determinaram a necessidade da Empresa de apresentar, de forma absoluta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência médica, compreende-se:

- a) A regulamentação da ANS, que entre outros, ao tratar do repasse, dispõe que se trata de formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pós-estabelecido;
- b) Ser a Empresa legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede referenciada;
- c) Ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Empresa;
- d) A Empresa não ser uma mera agenciadora;
- e) O cliente corporativo da empresa não mantém qualquer relação jurídica com a rede credenciada;
- f) A Empresa é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório.

4 Estimativas, julgamentos e premissas significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Empresa adotou premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Empresa forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Empresa adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Provisão para riscos cíveis

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue abaixo:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros:

Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	-	8.025	-	10.337
Aplicações financeiras	-	25.423	-	15.007
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	48.226	-	30.136	-
Bens e títulos a receber	733	-	3.773	-
Passivos financeiros:				
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	27.915	-	16.923	-
Débitos diversos	6.417	-	7.064	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2023	31/12/2022
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	8.025	10.337
Aplicações financeiras	25.423	15.007

Durante o exercício de 2023, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3 iv.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 45 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	8.025	10.337
Aplicações financeiras	Ativo circulante	8	25.423	15.007
Total			33.448	25.344

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 364 (R\$ 289 em 2022).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Capital Base

Regulamentado pela RN569, estabelece uma regra de capital que define um montante fixo a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS a partir da multiplicação do fator K, que por sua vez é determinado pelo segmento e região de atuação da operadora.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital base calculado é de R\$11.227 (R\$ 10.883 em 2022), estando em conformidade com a norma vigente.

Capital baseado em riscos

Regulamentado pela RN569, CBR é uma regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras e ajustado por efeitos econômicos regulamentados na RN 569 de dezembro de 2022.

Conforme exposto no art.8 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o maior entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 o PLA calculado é de R\$ 64.625 (R\$ 52.939 em 2022), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Margem de solvência

A RN nº 526 de junho de 2022, dispõem sobre os critérios de operação para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPS") que estabelece:

Margem de solvência (MS) corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido; e
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo V da RN nº 526/2022, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas conforme abaixo:

- i) Em março de 2020: 79,745% do valor da MS;
- ii) Entre abril de 2020 e dezembro de 2022: proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS, em adição ao estabelecido no item I acima;
- iii) A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Empresa estava em conformidade com o requerido pela referida Resolução vigente.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	27.915	16.923
Débitos diversos	6.417	7.064
Total	34.332	23.987

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa iniciou o exercício 2023 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
IFRS 17 / CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração concluiu que não houve impactos para a Empresa por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
IAS 1 / CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substituiu o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa.
IAS 8 / CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Empresa concluiu que não houve impactos devido a essa mudança.
IAS 12 / CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afete o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações, revisões e adições de normas forma emitidas pelo IASB vigência a partir de 1° de janeiro de 2024:

Normas	Descrição da alteração
IAS 1 / CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço e que não é afetada pelas expectativas da gestão em liquidar os passivos em curto prazo. Esclarece também que se o direito de uma entidade de diferir a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento das cláusulas exigidas apenas em uma data posterior ao período de relatório ("future covenants"), a entidade tem o direito de diferir a liquidação do passivo mesmo que não cumpra essas cláusulas no final do período de relatório. Introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
IFRS 16 / CPC 06	Arrendamentos: A Alteração especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário usa ao mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação leaseback, para garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso que retém.
IFRS 7 / CPC 40	Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Nesses acordos, um ou mais financiadores pagam valores que uma entidade deve a seus fornecedores. A entidade concorda em liquidar esses valores com os provedores de financiamento de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data ou em data posterior àquela em que os provedores de financiamento pagam aos fornecedores da entidade. Para esses acordos, é exigido que uma entidade forneça informações sobre o impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre passivos e fluxos de caixa, incluindo termos e condições desses acordos, informações quantitativas sobre passivos relacionados a esses acordos no início e no final do período de relatório e o tipo e efeito das mudanças não monetárias nos valores contábeis desses acordos.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 que possam, na avaliação da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa até o presente momento.

7 Disponível

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)	8.025	10.337
Bancos conta depósito - movimento – país	696	50
Total	8.721	10.387

(*)Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 75% a 93% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.

8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento ANS (*)	25.423	15.007
Total	25.423	15.007

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 22, de 29 de abril de 2022 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

9 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	29.062	22.358
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	25.120	7.778
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde	(5.956)	-
Total	48.226	30.136

O resumo por idade da contraprestação pecuniária/prêmio a receber é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	12.109	7.100
Até 30 dias	30.139	20.185
De 31 a 60 dias	9.899	1.030
Acima de 60 dias	2.035	1.821
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	(5.956)	-
Total	48.226	30.136

A seguir a movimentação das perdas sobre créditos no resultado da empresa:

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas Efetivas	(4.530)	(150)
Perdas Estimadas*	(5.956)	-
Saldo no fim do exercício	(10.486)	(150)

(*) Refere-se a provisão estimada de dois clientes com saldo em aberto em processo de negociação.

10 Bens e Títulos a Receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber	404	3.466
Adiantamentos	275	230
Valores a receber	54	77
Total	733	3.773

11 Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
IRPJ a compensar	922	1.260
CSLL a compensar	330	-
PIS / COFINS a compensar	23	23
Outros impostos a compensar	295	294
Total do circulante	1.570	1.577
Ativo não circulante		
PIS / COFINS a compensar	10.080	10.081
INSS a compensar	5.460	5.958
IRPJ a compensar	186	704
CSLL a compensar	89	91
Total do não circulante	15.815	16.834
Total geral	17.385	18.411

12 Partes Relacionadas

a) Saldos e transações com empresas ligadas:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo		Passivo	
Operações <i>Intecompany</i> (i)	54	77	(220)	(134)

i) Trata-se de valores alocados em bens e títulos a receber no ativo e débitos diversos no passivo relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.

Abaixo segue quadro com as movimentações de partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2023, nas receitas e despesas, são compostos conforme segue:

	31/12/2023		
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed
Serviços corporativos e rateios (i)	(1.751)	2.564	(813)

	31/12/2022		
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed
Serviços corporativos e rateios (i)	(734)	1.712	(978)

- i) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Empresa (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação) com valores alocados nas despesas administrativas, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.
- b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração a administradores (*)	-	99	78	1.710

13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde e Ativos Garantidores

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores	27.904	16.915
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	11	8
Total	27.915	16.923

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Empresa apresenta insuficiência de ativos garantidores para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos, mas no primeiro trimestre de 2023 os ativos garantidores já retomaram a suficiência.

Abaixo demonstramos a reconciliação para apuração da provisão técnica para abertura:

Vencimentos	31/12/2023	31/12/2022
Inferiores a 60 dias	26.112	15.180
Superiores a 60 dias	1.803	1.743
Total	27.915	16.923
Provisões técnicas para cobertura (*)	27.915	16.923
Ativos Garantidores (vide nota explicativa nº8)	25.423	15.007

(*) As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da resolução normativa-RN nº 569, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras.

14 Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com pessoal	1.088	1.246
Adiantamento de clientes	86	360
Arrendamento	89	104
Fornecedores Diversos	186	131
Outros	4.417	4.541
Total circulante	5.866	6.382
Não Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com pessoal	400	400
Arrendamento	151	282
Total não circulante	551	682
Total Geral	6.417	7.064

15 Provisões para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (a)	1.339	1.010
Trabalhistas e previdenciárias (b)	202	197
Regulatória/ANS (c)	-	160
Total	1.541	1.367

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Cíveis (a)	988	44	(22)	1.010	332	(3)	1.339
Trabalhistas e previdenciárias (b)	260	2	(65)	197	5	-	202
Regulatório - ANS (c)	-	160	-	160	-	(160)	-
Total	1.248	206	(87)	1.367	337	(163)	1.541

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2023:

- a) A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$ 1.339 (R\$ 1.010 em 2022), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. E avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$ 706 (R\$ 215 em 2022) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$ 706 (R\$ 215 em 2022), não foram constituídas provisões.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cuja discussão encontra-se na esfera administrativa. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$ 202 (R\$ 197 em 2022). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$ 823 (R\$ 587 em 2022), não foram constituídas provisões. A variação dessas provisões em relação ao ano anterior é substancialmente pelo fato de a Empresa revisar os recolhimentos de INSS e FGTS. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$ 823 (R\$ 587 em 2022), não foram constituídas provisões.
- c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$ 0 (R\$ 160 em 2022) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão, e no decorrer de 2023 a Empresa não teve processos avaliados como possível.

16 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Empresa é de R\$53.873 (mesmo montante para 2022), totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 5.387.297.425 quotas em 2023 e 2022 de valor nominal igual a 0,01.

Reserva legal

A Empresa destina 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados, seguindo as mesmas práticas contábeis das demais empresas do Grupo Qualicorp para manter a uniformidade contábil. Em 31 de dezembro de 2023, não houve constituição de reserva legal, pois a Empresa apresentou prejuízo.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação da diretoria na proposta de compensação do lucro líquido do exercício com prejuízos acumulados:

Destinação do Lucro líquido	2023	2022
Lucro líquido do exercício	(279)	205
Aumento/Compensação de prejuízos acumulados	279	(205)

17 Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com Operações de Assistência à Saúde:		
Receita com taxa de administração	27.674	19.000
Total	27.674	19.000

18 Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

A cobertura assistencial com preço pós estabelecido referente aos planos coletivos empresariais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde (a)	136	181

- a) Em atendimento a Resolução Normativa nº 518 de 2022, as contraprestações líquidas que antes integravam o grupo 311, agora foram deslocadas para o grupo 411 de Eventos Indenizáveis Líquido, se a Empresa aplicasse a norma com efeito retrospectivo os saldos ficariam uniformes conforme exposto abaixo:

Abaixo a segregação das despesas com eventos indenizáveis referente a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida:

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR	Carteira Própria		Corresponsabilidade Assumida	
	2023	2022	2023	2022
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido:				
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei (*)	771	1.058	(635)	(877)
Total	771	1.058	(635)	(877)

(*) Referem-se, basicamente, à diferença temporal do sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica de contas médicas/hospitalares, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa. Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano, para esse saldo atual de R\$ (136), não há risco em 31 de dezembro de 2023.

19 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal (a)	8.620	8.435
Gastos com serviços de terceiros	8.834	7.701
Gastos com localização e funcionamento	1.034	1.186
Gastos com Processos Judiciais	71	268
Provisão/(Reversão) de Contingências Trabalhistas (b)	5	(63)
Outras despesas administrativas	478	1.606
Total	19.042	19.133

a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	2.756	3.269
Despesa com encargos sociais	1.510	1.458
Provisão de 13º salário e férias	600	765
Despesa com indenização	764	617
Despesas com vale refeição	353	391
Despesa com transporte	46	47
Outras despesas com empregados	2.591	1.888
Total	8.620	8.435

20 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	3.644	2.886
Multa e juros recebidos	980	69
Atualização de créditos tributários	262	636
Variação cambial ativa	168	429
Outras receitas	139	9
Total de receitas financeiras	5.193	4.029
Despesas financeiras:		
Variação cambial passiva	(939)	(926)
Descontos obtidos	(60)	-
Despesas Bancárias	(52)	(48)
Outras despesas	(80)	(91)
Total de despesas financeiras	(1.131)	(1.065)
Resultado financeiro	4.062	2.964

21 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos e participações	1.910	1.651
(-) Participações sobre o Lucro	(474)	(680)
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	(1.436)	(971)
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(488)	(330)
Despesas não dedutíveis - outras	(353)	(509)
(Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	(1.823)	(374)
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (*)	718	358
Ajuste de Anos Anteriores	7	89
PAT	74	-
Outros	150	-
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(1.715)	(766)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	119,43%	78,89%

(*) Estes valores referem-se a prejuízos fiscais apurados em que não há perspectiva de realização

22 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	1.436	971
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	205	260
Provisão (reversão) para riscos	174	119
	1.815	1.350
Varição dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento (redução) de Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(18.090)	(13.423)
Aumento (redução) de despesas antecipadas	(2)	1.434
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	594	(461)
Aumento (redução) provisão para eventos/sinistros a liquidar	10.992	6.790
Aumento (redução) de bens e títulos a receber	3.040	2.132
Aumento (redução) títulos e depósitos judiciais e fiscais	(3)	220
Aumento de outros créditos a receber a longo prazo	117	283
(Aumento) Redução de débitos diversos	(652)	(2.557)
Redução de créditos tributários e previdenciários	1.026	9.807
Aumento (Redução) de aplicações financeiras	(10.416)	(3.144)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	(11.579)	2.431
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.087)	(185)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(13.666)	2.246

23 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 21 de março de 2024 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2022, quando aplicável.

Leonardo Sérvolo de Oliveira
Diretor

Adriana Ricardo Arrais
Contadora - CRC. 1SP213332/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código A2AD-EA2D-848D-6569.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A2AD-EA2D-848D-6569> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A2AD-EA2D-848D-6569



Hash do Documento

B877626202A0885ED7A5D7A8D4CB81D06D9B1ADCD7BA9B48F87D534EE7905263

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2024 é(são) :

Adriana Ricardo Arrais - ***.929.108-** em 27/03/2024 19:53

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

